



SESSÃO DE <u>20 de Abril de 2018</u>	
FAVOR	<u>19</u>
VOTAÇÃO CONTRA	<u>0</u>
ABSTENÇÃO	<u>0</u>
P.O. Presidente	

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

### ATA Nº 1/2018

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, levou-se a efeito nas instalações da Escola EB1/JI nº2 de Monte Abraão, sita na Av. Agostinho Neto em Monte Abraão, pelas 21 horas e 10 minutos, a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Lourenço Marques e secretariada por João Paulo Henriques (1º Secretário) e Sandra Raquel Viegas (2ª Secretária).-----

O Executivo da União das Freguesias de Massamá e de Monte Abraão fez-se representar pelos: Presidente, Pedro Oliveira Brás; o Tesoureiro, Hélder Leandro Couto; e os Vogais João Maria Russo, Nuno Goulão e Carlos Rodrigues; -----  
com a seguinte Ordem de Trabalhos (de acordo com a convocatória): -----

1. Informações; -----
2. Apreciação e votação da proposta 01/AF/2018 relativa à calendarização de Sessões Ordinárias de Assembleia de Freguesia; -----
3. Apreciação e votação das Atas da Assembleia de Freguesia nº 1 e 8 realizadas no ano de 2017; -----
4. Apreciação e votação da proposta relativa ao Regimento da Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão; -----
5. Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas do ano de 2017; -----
6. Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Plano para 2018; -----
7. Apreciação e aprovação das Normas de Controlo Interno da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----
8. Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, referente ao ano de 2017; -----
9. Apreciação e votação da primeira (1.ª) alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da UFMMA; -----
10. Apreciação e votação da proposta referente à celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----
11. Apreciação e votação da proposta relativa à minuta de Protocolo de colaboração para desenvolvimento do projeto "OKUPA" Tempos Livre 2018, entre a Câmara Municipal de Sintra, a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e agrupamentos de Escolas; -----
12. Apreciação e votação de minuta de protocolo de cooperação a realizar entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a CAUAL; -----
13. Apreciação e votação de proposta relativa à Adesão da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão ao Observatório Internacional da Democracia Participativa; --
14. Apreciação da Informação Escrita do Presidente acerca das atividades e da Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, relativa ao 1º trimestre de 2018; -----
15. Tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2017 -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu os trabalhos dando as boas vindas a todos os membros do Executivo, da Assembleia e ao estimado público. -----

De seguida, lembrou que, sendo esta uma Assembleia Ordinária, estava previsto um período de 30 minutos, denominado «Período de ANTES DA ORDEM DO DIA», durante o qual os fregueses poderiam fazer uso da palavra procedendo previamente à devida inscrição. Mais informou que cada freguês tinha cinco minutos para proceder à sua exposição (conforme o Regulamento). Informou ainda que tinham chegado à Mesa cinco Moções para apresentação e que a Ordem de Trabalhos seria longa. -----

Em seguida, procedeu-se então aos pedidos de substituição apresentados: -----

**Bancada do PS** – Os Vogais Sara Godinho e Sérgio Miguel Rodrigues foram substituídos pelos Vogais Manuel Salvador e David Jorge da Silva; -----

**Bancada do PSD** – O Vogal Rui Coelho foi substituído pelo Vogal António Miguel Afonso Carvalho. O Vogal João Paixão justificou a sua ausência, mas não foi substituído; -----

**Bancada da CDU** – A Vogal Maria João Antunes foi substituída pelo Vogal Luís Coelho. -----

Após a constituição da Assembleia, conforme indica a folha de presenças desta Sessão, encontravam-se presentes dezanove (19) dos 20 Vogais que a compunham, sendo que a sessão se (por atraso de um dos vogais da Bancada do PS), os quais, por ser verdade, dataram e assinaram:---  
**pela Bancada do Partido Socialista (PS):** Manuel Lourenço Marques, João Paulo Henriques, Sandra Viegas, Antonieta Rosa Gomes, José Augusto Rocha de Melo, Ana Paula Simões de Carvalho, José Fernandes, Maria Adelaide de Sousa, David Jorge da Silva, Manuel Salvador Reis;---

**Vogais Independentes:** Maria de Fátima Campos; Carlos Miguel Saldanha e José Barandas Salgado; -----

**pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD):** António Miguel Carvalho; -----

**pela Bancada do Partido Popular CDS/PP:** Luís Manuel Fernandes; -----

**pela Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):** José António Coelho; Luís Miguel Coelho; -----

**pela Bancada do Bloco de Esquerda:** José Alberto Barroso Dias e Rosa Pereira. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia propôs à assembleia iniciar a sessão com as intervenções do público para cumprir uma rotina, tal como era habitual, informando que antes da ORDEM do DIA, colocaria à assembleia uma questão prévia relativa à posição colocada pelos Vogais Carlos Saldanha e Maria de Fátima Campos. Após a anuência da assembleia, o Sr. Presidente abriu o «Período ANTES DA ORDEM DO DIA» dando a palavra ao freguês Igor Mendes Cerejo. -----

O freguês informou a assembleia de que, a propósito do Projeto Verde-Azul, tinha apresentado uma reclamação junto da CP, e que esta a tinha remetido para as Infraestruturas de Portugal (IP); explicitando que o problema era o ruído na zona por cima da piscina junto à Estação Queluz/Belas. Realçou que este tinha piorado com as obras da Estação de Queluz/Belas após a construção do Parque de Estacionamento subterrâneo, devido ao arranque das árvores que existiam naquela zona. Questionou o Executivo se haveria possibilidade da JF fazer pressão junto das IP para que fossem colocadas bandeiras sonoras pois sentia-se muito barulho e vibração, acrescentando que as existentes eram as mais miseráveis de entre as colocadas ao longo da Linha. Concluiu, perguntando se a JF poderia também colocar ali árvores pois estas poderiam contribuir para minorar o ruído. -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

## **Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques**, deu a palavra ao freguês **José Serafim**. Começou por questionar qual tinha sido o fundamento com que tinha sido introduzida a sinalética vertical no Cruzamento da Avenida Capitão António Gomes Rocha com a Avenida Joaquim Luís. Acrescentou que estes semáforos dificultavam a circulação e a saída da zona Alta de Monte Abraão, não sendo lógica. Realçou que, como era sabido o Monte Abraão tinha enormes dificuldades de estacionamento e que existiam vários terrenos que poderiam dar imenso jeito se fossem desbravados e aplanados para estacionar. Referiu ainda que havia ainda o problema do Jardim que estava a ser construído (e muito bem!) mas que estava momentaneamente a agravar o estacionamento. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques**, deu a palavra ao freguês **Joaquim Monteiro**. O Sr. freguês começou por referir que vinha abordar quase os mesmos problemas que já tinha abordado na última assembleia do anterior mandato, referindo que o fazia porque praticamente nenhum tinha sido resolvido, salvo o Parque da Ramada Curto que estava em andamento, graças a quem fez pressão e ao presidente. Relativamente ao cruzamento referido pelo anterior freguês, realçou que, de facto, só prejudicava Monte Abraão e beneficiava quem vinha do lado da Idanha. Referiu ainda que quando se subia a Joaquim Luís e, se queria voltar à direita, o sinal amarelo ficava intermitente, ficando verde para quem seguia em frente; realçando que como só tinha uma faixa bastava que uma viatura que fosse virar à esquerda ou em frente estivesse parada para que todos os que viessem a subir para Monte Abraão ficassem parados à espera. Prosseguiu, referindo que já no mandato anterior tinha levantado a questão do perigo inerente à entrada e à saída na Rua Tristão da Cunha pois dado o estreitamento da zona oeste não dava para se cruzarem dois carros. Realçou que os autocarros por vezes não viram porque não o conseguem fazer e alteram a rota. Reforçou que este problema já tinha sido por si levantado há quatro anos e que não se percebia porque é que nada tinha sido feito pois bastava alargar um metro. Defendeu que as pessoas que viram para Monte Abraão são sempre as que ficam pior. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques**, informou o freguês que tinha ultrapassado os cinco minutos pelo que agradecia que concluísse a sua intervenção. -----

O Sr. freguês **Joaquim Monteiro** disse então que iria abreviar e falar apenas da célebre saída que existia para a IC17 e deixou de se poder usar. Defendeu que, o que era lamentável, era que não eram apenas as viaturas de Monte Abraão a serem prejudicadas, mas também pessoas; referindo que esse caminho estava agora intransitável pois existiam apenas ervas e poças, nas quais alguns transeuntes colocaram pedras para conseguirem atravessar. Afirmou que não custaria nada à Junta repor aquele caminho para as pessoas puderem passar. Concluiu, afirmando que tinha tido o cuidado de entregar uma cópia ao Sr. Presidente do Executivo dos problemas que gostaria de ali levantar para que lesse e respondesse. Realçou que eram temas já abordados por si várias vezes no *Facebook* e que ali tinha ido para que o Sr. Presidente compreendesse ou o fizesse compreender que não era necessário fazer pois de outro modo continuaria a protestar e a dizer o que deveria ser feito (**o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio, pedindo ao freguês que concluísse**). --

O Sr. Joaquim Monteiro informou então que tinha entregado uma Petição/Reclamação ao Sr. Presidente pois a Câmara Municipal de Sintra (CMS) tinha-o informado de que tinha aprovado a resolução do problema e que tinha falado com a JF e esta tinha dito que ia fazer e a JF não fez nada.

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques**, deu a palavra ao freguês **Bernardo Nunes**. O freguês iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Começou por referir que junto aos semáforos da Avenida Sá Carneiro, próximos da Rotunda Padre

3





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

Francisco, o estado da via era muito mau e que para quem transitava de motociclo era muito complicada parar junto à passadeira. Disse ainda que, no cruzamento entre a Av. Luís de Camões com a Praceta 25 de Abril, as árvores tinham levantado o passeio dificultando o estacionamento e, apesar de já terem sido cortadas, tocavam quase no prédio. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão (Pedro Oliveira Brás) para dar resposta às questões colocadas pelos fregueses.** -----

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando protocolarmente todos os presentes e agradecendo desde logo todas as intervenções. -----

Em resposta à questão levantada pelo Sr. Igor Cerejo, relativamente às barreiras sonoras e à colocação de barreiras, embora não sendo competência da JF, disse que o executivo iria reforçar esse pedido junto da IP no sentido de evitar os ruídos e solicitou ao freguês que no final lhe deixasse o contacto para lhe puder dar nota das intervenções da JF nessa matéria. No que se referia à plantação de árvores, referiu que na altura em que tinham estado na ARPIMA a falar do Projeto Eixo Verde-Azul tinha sido colocada essa questão: a de estudar a possibilidade de criar uma barreira de árvores no decorrer da intervenção ou numa fase inicial no sentido de mitigar a questão do ruído. Realçou que não estava esquecido e que o auto de consignação da obra só tinha sido assinado no passado dia vinte e cinco. -----

Relativamente à questão colocada pelos fregueses José Serafim e Joaquim Monteiro sobre o cruzamento da Av. Capitão Gomes Rocha com a Av. Joaquim Luís, o Sr. Presidente do Executivo, relembrou que a colocação dos sinais tinha resultado de uma contrapartida da instalação de uma superfície comercial (o ALDI) e que por força do vício e de uma análise técnica feita tinha sido definida a colocação dos semáforos nesse cruzamento. Referiu que a garantia da obra tinha terminado recentemente e que tinha sido informado que o Município de Sintra tinha já solicitado orçamentos não só para reforçar a sinalização no local (pois faltava uma coluna de semáforos para quem sai voltar à esquerda) como também para melhorar a temporização dos sinais e definir melhor as prioridades de circulação dos automóveis. -----

Em resposta ao problema de estacionamento no Alto de Monte Abraão, revelou a sua preocupação e reiterou que de facto era um problema de difícil resolução dada a elevada densidade e de prédios e urbanização acima Centro de Saúde, o que dificultava o processo de estacionamento. Informou que já tinha solicitado à CMS e, estava em fase de estudo, a alteração do sentido do trânsito em algumas artérias para possibilitar que a outra faixa com sentido ascendente ou descendente pudesse ser transformada em estacionamento e a criação de «bolsas de estacionamento» em um ou outro ponto; realçando que este problema iria ser existir uma vez que não existia grande espaço para criar as referidas «bolsas». Informou ainda que estava previsto a criação de uma bolsa de estacionamento nos terrenos entre a Pedro Escobar e a Capitão Gomes Rocha (junto às Escolas), após a transferência dos hortelões para as hortas comunitárias da CMS; realçando que não haveriam muitos mais espaços para criar essas bolsas. Acrescentou que na Ramada Curto também seriam feitas melhorias relativamente à oferta de estacionamento. -----

Em resposta à questão levantada sobre o alargamento da Tristão da Cunha, o Sr. Presidente do executivo, explicou que já tinha solicitado à CMS que procedesse à avaliação dessa artéria para melhorar o estreitamento da via. -----

No que se referia à saída para Belas, informou que, por via do Projeto Verde-Azul, seria construída uma ligação para a Serra da Carregueira até Caxias, a qual iria passar ao longo do Rio Jamor e, portanto, as pessoas iriam poder circular livremente pelo Eixo Verde-Azul, fazendo a ligação entre Belas, Monte Abraão, Queluz passando o IC19 para o lado de Oeiras. -----





Freguesia

Massamá e Monte Abraão

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Em resposta às questões apontadas pelo freguês Bernardo Nunes, relativamente às condições da via rodoviária, referiu que o problema já estava sinalizado. No que se referia às árvores e aos passeios danificados devido às raízes das mesmas, explicou que resultara do facto dessas espécies terem uma dimensão não adequadas ao espaço urbano; referiu que no entanto nem todas eram passíveis de ser abatidas e substituídas pelo que havia intervenções de poda e de minimização dos prejuízos. Concluiu dizendo que tinha sido solicitada à CMS a avaliação da situação. -----

Concluído o Período de intervenções do Público, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques)** solicitou à assembleia a admissibilidade de um «**PONTO PRÉVIO**» relativo ao regular funcionamento e Constituição das Bancadas da Assembleia. Com a anuência das bancadas, passou a explicar que a Mesa tinha recebido três *e-mails* relativos à constituição da Bancadas da AF: um da Concelhia do CDS, um da Vogal Fátima Campos e outro do Vogal Carlos Saldanha. Passou a ler o *e-mail* da Concelhia do CDS -----

O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia (AF)** deu então a palavra à 2ª Secretária (**Sandra Viegas**) para leitura do *e-mail* do Vogal Carlos Saldanha, como solicitado pelo referido Vogal. -----

O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia (AF)** disse então que tendo em conta estes *e-mails* rececionados pela Mesa da AF tinha decidido colocar este ponto prévio à Ordem de Trabalhos. Referiu então que, de acordo com a opinião da Mesa e após leitura destes documentos – dando continuidade à gestão das sessões da AF nestes mandato e após o parecer da ANAFRE e de toda a informação que havia chegado à Mesa – esta assembleia era constituída por: 11 (onze) vogais do Partido Socialista (PS); 2 (dois) vogais da Coligação Democrática Unitária (CDU); 2 (dois) vogais do Bloco de Esquerda (BE); 2 (dois) vogais do Partido Social Democrata (PSD); 1 vogal do Centro Democrático Social (CDS); 1 (um) vogal Independente com direito próprio (Fátima Campos); 1 (um) vogal Independente com direito próprio (Carlos Saldanha); 1 (um) vogal Independente com direito próprio (José Barandas Salgado). -----

Reiterou que, na opinião da Mesa, existia: PS, CDU, BE, PSD, CDS e três vogais independentes – os quais irão exercer este mandato ao exemplo de como a 2ª secretária do mandato anterior (Deolinda Piedade) exerceu, em nome próprio, como solução de «problemas» com a Coligação pela qual foi eleita; pelo que daria então a palavra aos senhores vogais. -----

O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques)** deu a palavra ao Vogal Carlos Saldanha que referiu que, apesar de lamentar não ter sido acusada a receção do *e-mail* supracitado, e de nem ter tido resposta, pois havia sido enviado em tempo útil, gostaria de agradecer o fato de ter sido finalmente reconhecido o direito à independência, pois entendiam que nada os poderia limitar de exercer os seus mandatos de forma independente. Acrescentou também que nada os impedia de formarem também um grupo político e portanto essa era a razão pela qual tinham solicitado a formação de um grupo político independente, pois nada na Lei os impedia de fazê-lo, acrescentando que se houvesse algum impedimento na Lei, este deveria ser trazido à AF na próxima sessão. Concluiu, dizendo que já ficavam contentes com o reconhecimento da sua independência e de poderem ali estar de forma livre e independente. -----

Concluiu, apresentando os seus cumprimentos a todos os membros da assembleia. -----

O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques)** deu a palavra ao Sr. Vogal Manuel Salvador do PS que perguntou à Bancada do vogal Carlos Saldanha o que era um grupo político independente, pois não sabia. afirmou conhecer coligações partidárias, partidos políticos. Reiterou que não fazia ideia do que fossem grupos políticos independentes, acrescentando pensar que nem sequer estava previsto na Lei. -----

5

Massamá: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá, 2745-872 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 438 91 70

Monte Abraão: Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31, Monte Abraão, 2745-300 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 437 36 60 ·  
e-mail: [assembleia@uf-massamabraao.pt](mailto:assembleia@uf-massamabraao.pt)





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou a AF se havia dúvidas relativamente à posição da Mesa, acrescentando que, se posteriormente houvesse necessidade de complemento com outra informação ou alguma questão a levantar poder-se-ia com o tempo voltar ao tema; reiterando que nesse momento era assim que a Mesa via a Constituição da Assembleia de Freguesia. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu o Período «ANTES DA ORDEM DO DIA» informando que a correspondência tinha sido distribuída pelas bancadas e as Moções de 27 de Dezembro foram enviadas às instituições solicitadas e rececionadas.

Proseguiu, dando nota da resposta das Infraestruturas de Portugal sobre a degradação da Linha de Sintra (Doc. Informativo AF 30.04.2018). -----

Mais informou que, no desempenho das suas funções, à semelhança do que tem vindo a fazer, tinha representado a Assembleia de Freguesia (AF) da UFMMA em diferentes eventos, passando a nomear: -----

– eventos de associações desportivas: JOMA, Real Sport Clube e Hóquei da Stuart; -----  
– eventos culturais: fados, aniversários, tertúlias de poesia, concertos corais e instrumentais das bandas; -----

– eventos religiosos, nomeadamente em procissões ligadas à Pascoa em Queluz, Monte Abraão e Massamá; -----

– e, em primeiro lugar, eventos promovidos pela JF, nomeadamente o mês da Juventude e as Comemorações do 25 de Abril (em Monte Abraão e Massamá – o Hastear da Bandeira; em Queluz e na Câmara). -----

Referiu que os convites são enviados para os membros da AF e que aparece quem quer ou pode, realçando que gostava de estar presente, afirmou que se sentia bem quando as pessoas o recebiam como eleito e que estas gostavam de receber os seus eleitos pelo que continuaria a ir e a dar conhecimento à AF dos eventos a que tinha assistido. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) informou então que tinham sido apresentadas à Mesa seis Moções: -----

– «Saudação ao 25 de Abril» (Bancada da CDU); -----

- «Moção sobre o 25 de Abril» (Bancada do PS); -----

– «Saudação ao 1º de Maio» (Bancada da CDU); -----

– «Transferência de Competências» (Bancada da CDU); -----

– «A escola dos nossos filhos é para levar a sério!» (Bancada da CDU); -----

– «Por avanços de Igualdade de Género em contextos laborais» (Bancada do PS); -----

pelo que questionou a assembleia sobre a sua admissibilidade a apreciação e discussão. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vogal José Dias da Bancada do BE que após apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes disse que aceitaria qualquer uma das Moções de Saudação ao 25 de Abril, apresentadas pelas Bancadas do PS e da CDU, pois revia-se plenamente nelas, pelo que a sua bancada retiraria a Moção apresentada no sentido de aligeirar os trabalhos. -----

Após a anuência da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, passou a ler a Moção apresentada pela Bancada da CDU: «Saudação ao 25 de Abril» (ANEXO 1). -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, passou a palavra à 2ª Secretária para ler a Moção apresentada pela Bancada do PS: «Moção sobre o 25 de Abril» (ANEXO 2). -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada da CDU, Sr. Vogal Luís Coelho,** que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que as Moções poderiam até ter sido feitas em conjunto e haveria voto conjunto da AF. Relativamente à Moção do PS, afirmou gostar bastante até pela sua expressão emocional. Referiu que, no entanto, havia ali uma parte que até a leitora tinha tido alguma dificuldade em ler, e passou a citar: «...Celebrar Abril é dizer presente à participação no projeto europeu inspirando a Europa nos valores da revolução!». Perguntou quem é que inspirava o quê, se era a Europa quem se inspirava nos valores da Revolução de Abril, afirmando ter algumas dúvidas. Questionou se se estava a falar da Europa da austeridade, da dívida, da segurança militarista, pois tinha algumas dúvidas que esta fosse uma Europa que se inspirasse nos valores de Abril. Contudo, revelou compreender que o PS estivesse a pensar que o Centeno tinha ido para o Eurogrupo (aquele órgão supremo não eleito e nada democrático) e que já lá tinha tido o Vítor Constâncio no Banco Central Europeu e portanto assumisse que haveria alguma inspiração na revolução de Abril, contudo essa inspiração era já uma visão muito deturpada. Concluiu, afirmando que se tratava apenas de um reparo e que a sua bancada concordava com a Moção e, portanto, a votaria favoravelmente. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do PS. O Sr. Vogal David Jorge da Silva** tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes. Esclareceu que a Moção do PS visava valorizar a democracia que regia o espírito europeu, salientando que a Europa tinha começado a ser construída há algumas décadas e que tem vindo a inspirar muitos milhões de europeus. Afirmou que era nesse sentido que a sua bancada fazia a menção; recordando que Abril, a revolução dos nossos cravos, a revolução dos nossos pais e avós, tinha também o espírito de missão e sobretudo era referência e mote para que esta Europa continuasse aberta a todos e a proteger os mais desfavorecidos. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do CDS, Sr. Vogal Luís Fernandes.** O Vogal começou por cumprimentar todos os presentes e afirmar que a sua bancada estava obviamente solidária com as duas Moções no seu contexto global, sendo que era verdade que para o CDS o 25 de Abril tinha tido duas ou três questões fundamentais, a implementação do Regime democrático em Portugal, mas também que isso iria permitir que Portugal se viesse a enquadrar dentro do Projeto Europeu. Realçou que, após o 25 de Abril, tinha havido um tempo em que tal tinha sido muito posto à prova; recordando que bastava referir o acontecido até ao 25 de Novembro. Concluiu, afirmando que para o CDS, o 25 de Abril tinha uma importância fulcral pelo que devia ser festejado, mas que também exaltava o 25 de Novembro e o que as forças políticas democráticas tinham feito; afirmando achar importante que isso fosse dito. Referiu que a Moção do PS tinha essa particularidade por si apreciada; o Projeto Europeu tinha sido comungado por todos. Salientou que tinha questões a criticar e por consequência dever-se-ia tentar a sua retificação, mormente na diferença existente entre os países a norte e os países da zona do Mediterrâneo (no contexto da EU). Afirmou que o CDS via sempre o 25 de Abril neste vetor de modernidade, de construção de um Portugal com qualidade de vida para os portugueses. -----

Após o período de apreciação, **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a «Moção sobre o 25 de Abril»** -----

**VOTAÇÃO:** -----

**19 Votos a FAVOR** -----

**A «Moção sobre o 25 de Abril» foi APROVADA por UNANIMIDADE com 19 votos a favor.** -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «Saudação ao 25 de Abril» -----

VOTAÇÃO: -----

19 Votos a FAVOR -----

A Moção «Saudação ao 25 de Abril» foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, passou a ler a moção apresentada pela bancada da CDU: «Saudação ao 1º de Maio» (ANEXO 3). -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «Saudação ao 1º de Maio» -----

VOTAÇÃO: -----

20 Votos a FAVOR -----

A Moção «Saudação ao 1º de Maio» foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Após a anuência da Assembleia, O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal da Bancada da CDU José Coelho, para leitura da Moção: «A escola dos nossos filhos é para levar a sério!» (ANEXO 4). -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do PS, ao Vogal David Jorge da Silva. -----

O Vogal começou por dizer que a educação no geral era uma preocupação que estava sempre presente. Revelou que a sua bancada acompanhava as preocupações da CDU no âmbito do Parque Escolar (PE). Recordou que efetivamente nos últimos anos existiam uma série de escolas ao abrigo do acordo do Protocolo do PE, o qual infelizmente tinha terminado e, por exemplo, a escola Stuart Carvalhais que estava ao abrigo desse protocolo não tinha sido intervencionada. Deixou a nota de que a CMS tinha nesse momento um projeto com uma verba alocada de cerca de vinte e dois milhões de euros (22 M€) para intervenção em escolas do município. Reafirmando a importância da educação para a bancada do PS, referiu que a descentralização e a decisão de passar para as autarquias um conjunto de competências iria permitir suprimir algumas necessidades de algumas falhas que existiam no PE. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha. Começou por afirmar que folgava saber que finalmente havia uma verba para dar resposta a estas situações. Disse ainda que gostaria de saber como iriam dar a volta à falta de auxiliares de ação educativa nas escolas, pois pelo que sabia os rácios estavam completos pelo que enquanto não fosse feito um trabalho sério em torno deste assunto, continuar-se-ia a ter falta de segurança de vigilância, pondo em causa a segurança dos nossos filhos. Reiterou que ontem já tinha sido tarde e dizer-se que se iria ter (não se sabendo quando) 22 M€ para a resolução de problemas gravíssimos com repercussões na segurança dos nossos filhos e nas condições de ensino era brincar com estas situações. Acrescentou que já tinham havido greves em duas escolas da freguesia por falta de auxiliares de ação educativa (no Agrupamento Ruy Belo, e na D. Pedro IV) e que se continuava a afirmar que o rácio estava completo; quando o que se verificava que apenas 50% estavam a trabalhar porque os restantes estavam com licença sem vencimento, de baixa ou não podiam fazer determinados trabalhos. Exemplificou com o caso do JI da EB1 de Monte Abraão que para 5/6 salas existiam apenas duas auxiliares quando devia estar uma por sala. Concluiu, afirmando que se continuava a assistir à falta de auxiliares, à degradação das instalações, nomeadamente





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

salas onde chove (na Miguel Torga), reiterou veementemente que este era um assunto muito sério e que ontem já era tarde. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do CDS, Sr. Vogal Luís Fernandes.** Iniciou a sua intervenção recordando que tinha havido um grande investimento em várias escolas do país havia poucos anos, nomeadamente em escolas de ensino básico e secundário, no intuito de as melhorar e qualificar; acrescentando que, no entanto, o que era facto, era que, em Sintra, a consequente manutenção (mesmo nas intervencionadas) tinha sido feita de forma deficitária e não se podia culpar os municípios, mas sim a falta de atribuição de verbas por parte do ministério. Prosseguiu, salientando que na freguesia existiam escolas com situações graves e deficitárias, não só ao nível do pessoal afeto a determinadas funções, mas também nas estruturas existentes. Referiu que não tendo conhecimento de detalhe, não tinha dúvidas do que o explicitado na Moção da CDU refletia carências que o município tem de fazer atuar em primeira instância, salientando que não era uma questão de milhões mas de milhares. Defendeu que se tratava de questões prementes que exigiam celeridade na sua resolução, acrescentando que eram situações que não sendo reparadas rapidamente se tornariam mais graves. Afirmou que era uma questão de metodologia. Concluiu, afirmando que a Moção da CDU tinha uma lacuna, a exigência da rápida resolução das situações problemáticas, pois não era admissível que chovesse dentro de salas de aulas, que não existissem cacifos para os alunos e que houvesse falta de vigilância. Realçou a inércia que tem havido em resolver situações que poderiam ser facilmente resolvidas e sugeriu que a JF adotasse uma postura de insistência constante junto do Departamento de Educação da CMS para resolução imediata pois o município até tinha uma situação financeira favorável. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha.** Explicou que já tinha estado em reuniões na Escola Ruy Belo e que esta ainda não tinha sido rececionada pela CMS porque a escola não estava em condições pelo que a responsabilidade das obras nem sequer é da Câmara. Referiu ainda que naquela escola a incidência de casos de cancro era enorme porque pingava dentro das salas devido à degradação dos telhados de amianto a um ritmo rápido. Realçou que os professores estão muito preocupados pois já morreram professores (há 8% a 10% de professores com cancro); afirmando que, além disso, tratava-se de um problema de saúde pública, uma vez que as partículas andam no ar. Recordou que o Bairro 1º de Maio também tinha telhados de amianto. Concluiu que era algo com que todos se deviam preocupar e os eleitos tinham a obrigação de levar a quem de direito a necessidade de proceder a obras de fundo na Escola Ruy Belo. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do PS, ao Vogal David Jorge da Silva.** -----

O Vogal referiu que, relativamente aos rácios dos AAE, estes cumpriam efetivamente a Lei; acrescentando que todos seriam poucos. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha** que perguntou se de 20 auxiliares, 14 estiverem de licença sem vencimento ou baixa, o que é que os outros lá estavam a fazer. -----

Após o período de apreciação, **o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «A escola dos nossos filhos é para levar a sério!».** -----

**VOTAÇÃO:** -----

**11 Abstenções (PS);** -----

**9 Votos a FAVOR (2 BE; 2 CDU; 1 CDS; 3 Vogais Independentes; 1 PSD)** -----

9





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

## **Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**A Moção «A escola dos nossos filhos é para levar a sério!» foi APROVADA por MAIORIA com 9 votos a favor.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal da Bancada da CDU, Luís Coelho, para proceder à leitura da Moção: «Transferência de Competências» (ANEXO 5).** -----

O Vogal Luís Coelho disse ainda que não resistia a um comentário à Moção anterior salientando que iria ser aberta a linha de investimento de 22M€ para as necessidades estruturais das escolas do concelho, mas que, no entanto, já no ano anterior as entidades responsáveis tinham orçamentado as necessidades de investimento em cerca de 100M€ (cem milhões de euros). -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «Transferência de Competências».** -----

**VOTAÇÃO:** -----

**12 Abstenções (PS; CDS);** -----

**8 Votos a FAVOR (2 BE; 2 CDU; 1 CDS; 3 Vogais Independentes).** -----

**A Moção «Transferência de Competências» foi APROVADA por MAIORIA com 8 votos a favor.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Vogal Antonieta Gomes da Bancada do PS para leitura da Moção: «Por Avanços de Igualdade de Género em contextos laborais».(ANEXO 6).** -----

A Vogal começou por apresentar os seus cumprimentos à assembleia e passou à leitura da Moção. Seguidamente, aproveitou a oportunidade para saudar todos os trabalhadores em geral e particularmente os da freguesia. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal da Bancada da CDU, Luís Coelho, que começou por congratular o PS pela apresentação da Moção. Referiu ainda que, a questão relativa aos contextos laborais, era que parecia restringir-se a grandes administrações, a altos cargos de direção de empresas cotadas em bolsa; salientando que ter um António Mexia a ganhar dois milhões ou uma Antónia Mexia a ganhar dois milhões era o mesmo, pois a desigualdade de classes é muito grande. Referiu que existia muita alteração a fazer para melhor a empregabilidade das mulheres, como a parentalidade, o acesso a cuidados de saúde, o reforço de apoio dos seus direitos. Concluiu que a sua bancada concordava com a moção e com os seus votos finais de continuar a lutar pela igualdade de género.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «Por avanços de igualdade de Género em contextos laborais»** -----

**VOTAÇÃO:** -----

**20 Votos a FAVOR** -----

**A Moção «Por avanços de Igualdade de Género em contextos laborais» foi APROVADA por UNANIMIDADE.** -----





Freguesia

Massamá e Monte Abraão

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu o Período da «ORDEM DO DIA».** -----

**Tendo a Bancada da CDU solicitado a palavra, o Sr. Vogal José Coelho,** propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos (OT), que antes do Ponto 6 fosse colocado o Ponto 10, porque este era uma aprovação de um Protocolo e no Ponto 6 estavam-se já a aprovar as verbas, o que não fazia sentido. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques,** disse então que, dado o adiantado da hora e o facto de os pontos colocados pela Mesa da AF (2, 3 e 4) não serem estritamente urgentes propunha que estes passassem para o final da OT, pelo que ficaria o Ponto 1. Informações e o Ponto 2. Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas do ano de 2017; e os Pontos 2, 3 e 4 passariam a ser os Pontos 13, 14 e 15. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão** (doravante designada UFMMA) para dar resposta ao pedido de alteração da OT proposta pela Bancada da CDU. -----

O Sr. Presidente do Executivo disse então que, ainda que percebesse a questão, não fazia muito sentido a inversão uma vez que a Revisão do Orçamento contemplava também o reforço das verbas, dados os contratos administrativos por via da Delegação de Competências. Acrescentou que se por ventura houvesse uma inversão da OT, poder-se-ia ficar impossibilitado de cumprir o protocolo caso a Revisão Orçamental não fosse aprovada; salientando que, aprovada a Revisão Orçamental, se o Protocolo não fosse aprovado, as rubricas não seriam executadas, pois em sede de orçamento não havia aprovação para fazer a despesa. Concluiu, dizendo que, nesse sentido, a OT seria mantida como estava. -----

Tendo sido aceite por unanimidade a alteração proposta pela Mesa, **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu início à discussão do Ponto 1 – Informações, dando a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha** que referiu que tinha tentado procurar as Atas da Junta de Freguesia no *site* e não estava lá nenhuma, só lá estavam até ao final de 2017, questionando se o executivo sabia. Concluiu que eram um instrumento importante para preparar a assembleia. -----

**O Sr. Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão** pediu desculpa pelo facto e agradeceu a observação; explicando que por regra punham-se as deliberações e depois de aprovadas eram substituídas. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 2 (Ex Ponto 5) – Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas do ano de 2017.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás).** Iniciou a sua intervenção agradecendo à assembleia a alteração da Ordem de Trabalho e assim se poder começar pelos pontos mais importantes da assembleia. Referiu que este relatório era o último de um ciclo autárquico, o de 2013-2017; acrescentando que, por isso, era um relatório mais abrangente, seguindo a linha orientadora do que foi sendo apresentado ao longo de quatro anos e concretizado nos documentos provisionais e nos diversos Relatórios de Prestação de Contas aprovados neste órgão. Prosseguiu, dizendo que sentia a obrigação de fazer esta análise mais profunda pois importava referir e sublinhar aquele que foi o compromisso político assumido com a comunidade no ciclo 13/17. Disse então que a gestão de uma autarquia, fosse ela de que tamanho fosse, estava sempre dependente de um conjunto de fatores internos e externos, os quais, na sua maioria, nem são passíveis de previsão, mas este

11



4



Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

executivo gostava de exercer o seu mandato sempre com rigor e transparência. Afirmou que foi isso que tinha feito desde o primeiro dia e que seria isso que continuaria a fazer. Prosseguiu, dizendo que neste mandato findo em outubro de 2017, o executivo tinha conseguido centrar a sua ação nas pessoas e na procura permanente de soluções que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Referiu então que, ao longo de quatro anos tinha ido ganhando uma equipa, construindo uma identidade, envolvendo as pessoas nas decisões. Afirmou que, as linhas orientadoras do executivo tinham sido sempre claras: foco no espaço público, aumentando o conforto e qualidade de vida; foco na governação participada através da introdução de ferramentas de participação da comunidade; foco nas pessoas, através do desenvolvimento e promoção de programas sociais e comunitários; foco na dinamização da freguesia com a promoção de atividades culturais e recreativas bem como uma aposta no comércio local. Reafirmou que, estas linhas de ação tinham permitido e contribuído de forma significativa para: -----

– um envolvimento com dinamismo de uma comunidade que viu ser implementado o Orçamento Participativo (OP), onde o cidadão já tinha investido cerca de 342 mil euros em quatro edições; -----

– uma comunidade que usufruiu de um programa de apoio ao comércio local, onde tem à sua disposição cerca de 180 lojas aderentes, um acréscimo de 157% face ao início do projeto em 2014;

– uma comunidade que viu a autarquia adaptar-se a uma nova realidade territorial e constituir uma equipa com a preocupação de serviço público; -----

– uma comunidade que pode estar mais próxima com a descentralização de reuniões públicas pela permanente disponibilidade dos eleitos e colaboradores, -----

– uma comunidade que viu serem alargados projetos comunitários, destacando-se o Projeto «Música na Escola» com benefício direto de cerca de 900 alunos dos terceiros e quartos anos, -----

– uma comunidade que viu serem alargados novos projetos sociais como a Loja Solidária «Reciclarte», o «Raízes», o alargamento da Universidade Sénior (US) com as novas instalações, ou o Programa de Vigilância em Contexto Escolar; -----

– uma comunidade que passou a ter um espaço público melhorado e com novas ofertas, desde as instalações sanitárias disponíveis em todos os parques urbanos, passando pela requalificação da estufa, a melhoria das condições dos parques infantis e polidesportivos, até mesmo a requalificação das vias pedonais, a construção de zonas de manutenção física e novos espaços de agilidade canina; -----

– uma comunidade que passou a desfrutar de momentos como o Mês da Juventude, as marchas populares, a Feira Medieval ou a Feira Porta-Bagagem; -----

– uma comunidade que foi reconhecida pelas boas práticas em projetos como Geração Amiga e US; e por ser uma freguesia amiga dos idosos; -----

Prosseguiu, dizendo que, em suma, uma comunidade que viu nascer novos parques infantis, novos parques de lazer, vias rodoviárias e pedonais melhoradas, novas atividades e iniciativas sociais, culturais e de lazer. Dirigindo-se aos senhores vogais, reafirmou que este documento de Prestação de Contas não era um ato isolado, era um reflexo de uma estratégia de um mandato que se tinha iniciado com a agregação de freguesias e que continuava com uma equipa coesa, empenhada e motivada para prosseguir a concretização das linhas orientadoras. Disse então que, o documento de Prestação de Contas de 2017 devia ser analisado com cuidado e de forma integrada. Afirmou que este ciclo convergia para a oportunidade de dar continuidade à valorização do território, das pessoas e da economia local; referindo-se a projetos como o Eixo Verde-Azul, a ferramentas de maior proximidade com o cidadão, a aposta numa autarquia mais eficiente do ponto de vista ambiental, bem como na introdução de dinâmicas empreendedoras como o futuro espaço de co-





Freguesia

Massamá e Monte Abraão

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

*working.* Afirmou que este tinha sido e continuaria a ser o caminho: o caminho da valorização, da dinâmica e do envolvimento de uma comunidade, que queria que fosse cada vez mais informada e participada. Afirmou que, em 2017, a freguesia se tinha mantido fiel ao caminho estabelecido e às prioridades definidas no Orçamento aprovado para o exercício em análise. Salientou, na intervenção comunitária, a aposta nos programas sociais, na abertura da Loja Solidária, na abertura das novas instalações da Universidade Sénior em Monte Abraão, o desenvolvimento do novo programa comunitário como a Vigilância em Contexto Escolar em parceria com as associações de reformados. Afirmou que o reconhecimento do trabalho desenvolvido junto da população sénior tinha merecido o selo de Freguesia Amiga do Idoso. Recordou que se tinha dado início a um novo programa de apoio social aos mais carenciados, um programa europeu através do qual eram apoiadas cerca de 280 pessoas. Relativamente à governação participada, disse que se tinha mantido a execução das propostas mais votadas no âmbito da 3ª Edição do OP e dado início à 4ª edição, tinha-se aumentado o número de lojas aderentes no Programa Freguês atingindo cerca de 180 lojas. Relativamente à dinamização do espaço público referiu que se tinha investido e cumprido aquilo que fora identificado, nomeadamente: a substituição do piso central no Parque 25 de Abril; a requalificação do caminho pedonal na Quinta das Flores; a requalificação de diversas zonas pedonais, como o Parque COMPALM ou junto à Escola EB1 N.º1 de Massamá; a construção do parque aventura e parque agilidade canina em Tercena; a construção do caminho pedonal na entre a Av. Agostinho Neto e a Capitão Gomes Rocha; e criação de mais uma zona de manutenção física na Avenida Capitão Gomes Rocha; o Miradouro da Urbanização da Cidade Desportiva; a construção e requalificação da «Charcolândia», o Parque de treino Street Workout e o Parque Canino; acrescentando que tudo isto tinha sido feito no âmbito do OP. Afirmou que a UFMMA tinha concluído com sucesso cerca de 83% das ocorrências sinalizadas no exercício em análise. No que se referia à dinamização da freguesia, disse que a UFMMA tinha promovido: o Mês da Juventude, as Marchas Populares; a Feira Medieval, a Feira do Porta-Bagagens, entre outras. O Sr. Presidente disse ainda que o ano 2017 tinha sido também o ano de olhar para a nossa organização, pois a UFMMA queria ser melhor no serviço público que prestava, assim tinha sido desenvolvido um processo complexo de avaliação do desempenho organizacional, com o objetivo claro de capacitar a organização para os desafios que se adivinhavam, pelo que tinha sido disponibilizada uma nova opção informática que colocava a freguesia no caminho da eficiência e da desmaterialização de processos. Afirmou que tudo isto tinha sido possível porque toda a estratégia tinha sido concretizada e a UFMMA tinha sido rigorosa na arrecadação da receita, chegando aos 97% de taxa de execução, atingindo cerca de 2,423 milhões de euros, mais do que a despesa realizada que atingiu 2,380 milhões de euros (correspondentes a uma taxa de execução de 95%). Referiu ainda que face a 2016, as despesas próprias aumentaram o seu peso relativo, representando cerca de 23% da receita total, ainda assim, fruto da natureza legal que constituía esta autarquia, tinha uma dependência resultante das transferências da administração local e central na ordem dos 63%. Disse ainda que as despesas totais resultavam de um forte investimento realizado e consubstanciado nas despesas de capital na ordem dos 414 mil euros que representavam um aumento de cerca de 42 % face ao ano anterior e que também tinha mantido em crescendo o apoio às instituições num total de 181 mil euros no apoio concedido, o que era um sinal claro da preocupação que se tinha de dar o nosso contributo às entidades e projetos dinamizados pela nossa comunidade e que representava um aumento de cerca de 51% desde 2014. Concluiu, dizendo que, no final do exercício, a UFMMA tinha obtido um saldo de gerência positivo na ordem dos 36 mil euros, o que significava que a receita cobrada tinha sido superior à efetuada. Defendeu que, era esta disponibilização das disponibilidades transitadas em anos anteriores, e que tinha vindo a diminuir ao longo do mandato, que tinha permitido realizar investimentos importantes e que ao

13

Massamá: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá, 2745-872 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 438 91 70

Monte Abraão: Av. da Liberdade, n.º 29 e n.º 31, Monte Abraão, 2745-300 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 437 36 60 ·  
e-mail: [assembleia@uf-massamabraao.pt](mailto:assembleia@uf-massamabraao.pt)





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

longo da sua apresentação tinha enumerado, e que conseqüentemente originara um reforço positivo do ativo em particular do ativo imobilizado. afirmou que este documento representava aquilo que tinham sido as opções políticas sustentadas nos orçamentos aprovados mas também demonstrava, sob o ponto de vista técnico, a qualidade, o empenho e a dedicação dos nossos recursos humanos e sem eles, nada disto teria sido possível, e que por essa razão, entendia o executivo que estes documentos deviam ser por esta assembleia aprovados. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada da CDU, Sr. Vogal José Coelho.** Relativamente aos documentos em análise, afirmou que a sua bancada não punha em causa as contas pois tinham tido o visto do Revisor Oficial de Contas (ROC). Salientou que a questão de fundo eram as Opções, pois considerava que não estavam corretas como já tinha demonstrado anteriormente, em particular no último orçamento e Plano de Atividades que apresentava o mesmo tipo de Opções, as quais tinha dado aso ao mandato em apreciação. -----

Relativamente ao Relatório, disse que tinha alguns reparos a fazer e passou a enunciar: -----

– na pág. 5: era feita referência à continuidade das Reuniões da Junta descentralizadas (acrescentando que não se fazia a sua quantificação nem a especificação dos locais e que seria importante fazê-lo); -----

– na pág. 15: no Plano de Investimentos era feita referência à valorização do Parque Infantil Desportivo e de Lazer no Bairro 1º de Maio (questionando se não era a obra que estava parada, a que tinha começado com a colocação do cartaz e depois não tinha avançado); -----

– com referência à Ciclovía de ligação das estações da CP e o Parque Salgueiro Maia (referiu que o Parque não era estação pelo que deveria constar entre o Parque Salgueiro Maia e a estação, acrescentando que este assunto deveria merecer alguma reflexão importante na próxima assembleia, dadas as implicações que estava a ter na mobilidade da freguesia). Solicitou que na próxima assembleia se trouxesse a discussão a mobilidade e os transportes. Referiu ainda que na sequência do documento que foi enviado para a CP que se fizesse um acréscimo relativamente aos parques de estacionamento mencionados na assembleia anterior; -----

– na pág. 25: subscrevia as preocupações ali manifestadas com os problemas relacionados com a habitação; acrescentando que, no entanto, a sua bancada gostaria de saber que respostas foram dadas aos problemas apresentados. Realçou que a questão estava bem colocada, mas, em seu entender, não havia depois nenhuma menção da resposta dada; salientando que a sua bancada achava que a resolução passava pela alteração da lei em vigor, pois sendo uma Lei de Rendas, na prática, tratava-se de uma lei de despejo. Salientou que para a sua bancada era um tema muito caro, de tal modo caro que na Assembleia da República (AR) seria discutida uma proposta do PCP na semana seguinte sobre a Lei do Arrendamento; -----

– na pág. 41: o resultado do exercício é negativo; -----

– na pág. 47: os gráficos apresentados confirmam aquilo que se tem vindo a afirmar sobre a JF se estar a tornar um intermediário entre a CMS e os privados. Reiterou que, porque a JF não tinha pessoal para realizar as tarefas, a descentralização de serviços (como a manutenção de espaços verdes ou a conservação e manutenção das escolas) não reduzia os custos. Salientou que nesse quadro se poderia verificar que o valor do recurso a serviços externos estava a aumentar potencialmente; realçando que se vier a ocorrer a delegação de competências ainda iria aumentar. Defendeu que era necessário que a JF assegurasse os serviços com pessoal, por exemplo, relativamente aos Protocolos, a junta deveria avançar no sentido de contratar um ou dois funcionários para proceder às manutenções de todos os espaços e não só dos das escolas (das

14





Freguesia

Massamá e Monte Abraão

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

instalações da junta, dos polidesportivos, dos jardins); acrescentando que as verbas dariam para ter dois funcionários em vez de se estar a pagar serviços externos; -----

– na pág. 54: verba de 25 000€ para estudos e projetos (Questionou sobre que tipo de estudos e projetos tinham originado esta despesa); -----

– nas págs. 57/58: verbas com despesas correspondentes a comunicações, telecomunicações, assistência a equipamentos informáticos, *software*, etc... Disse considerar que eram muito elevadas em relação à autarquia; -----

– na pág. 63: a verba gasta no ano passado na manutenção dos espaços verdes vinha confirmar tudo o que foi dito anteriormente. Reiterou que eram verbas elevadíssimas para um serviço que foi descentralizado e não fazia sentido algum, pois os custos reduzir-se-iam com a centralização, aproveitando os recursos para várias freguesias. Defendeu que a CMS ao descentralizar para as freguesias aumentava os custos beneficiando os privados. Salientou que o que deveria haver era um serviço camarário ou interfreguesias que assegurasse com um mínimo de equipamentos. Recordou que na freguesia, numa altura em que havia um défice enorme, fora feita essa experiência e o facto de se ter assegurado a manutenção permitiu uma recuperação financeira. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha.** Começou por salientar que lhe tinha parecido que o Sr. Presidente do Executivo tinha dito que havia mais receita que despesa e portanto um resultado positivo. Salientou que da análise dos documentos o resultado líquido era negativo em 79 334€. Afirmou que daqui advinha que mais do que o foco na valorização das pessoas houve um foco nas eleições, o que se explicava com as opções políticas. Realçou que pela primeira vez existia um saldo negativo pelo que as contas não eram um reflexo do mandato mas sim de um ano de eleições. Prosseguiu, afirmando que, se comparasse com o orçamento proposto para este ano, percebia-se que o investimento no espaço público foi muito superior em ano de eleições. Disse então que assim se percebia que o nosso dinheiro servia para «uma campanha em ano de eleições», para se fazer tudo num ano de eleições e não num mandato de quatro anos. Realçou que, em 2017, tinham sido gastos 6.787€ nos cabazes de natal, mas para este ano estavam previstos 2.000€, o que revelava mais uma vez o foco nas eleições e não nas pessoas. Defendeu que, se calhar, o que foi feito em ano de eleições era o deveria ser feito em quatro anos. Salientou que para a publicidade o valor orçamentado para 2018 também descia para menos de metade do valor gasto em 2017. Justificando tal facto com o foco nas eleições, disse que se percebia que se iria ter mais três anos com pouco investimento para, em 2021, voltar a haver um saldo negativo, gastando-se tudo no espaço público e nas diversas atividades que trazem votos. Concluiu, reiterando que tinha havido um foco nas eleições e não nas pessoas. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do PS, Sr. Vogal David Silva.** -----

Revelou estranheza relativamente ao comentário do Vogal Carlos Saldanha que, tendo uma responsabilidade histórica e tendo experiência nestas andanças, tinha apresentado uma visão algo redutora e limitada que olhava para uma gestão do espaço urbano em quatro blocos de 12 meses. Salientou que, mediante a análise do documento, havia de facto um investimento feito ao longo de quatro anos, havendo um caminho traçado em 2013, pois gerir uma autarquia exigia estratégia, não sendo possível traça-la a cada doze meses. Defendeu que era necessário olhar para o espaço urbano em ciclos de quatro anos ou até de períodos maiores. Defendeu que a base de cada estratégia era precisamente o investimento pois o espaço público requer investimento diário, afirmando que quando se fala de qualidade de vida das populações tem de se ter em conta que advém do espaço em que se vive (dos equipamentos, da mobilidade). Defendeu que o relatório

15





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

mostrava que de facto tinha havido uma mudança estratégica em 2013, uma mudança no sentido de ver o espaço, olhar mais à frente de olhar para o espaço urbano em ciclos de quatro anos, olhar a longo prazo. Afirmou que, em verdade, tinha havido um aumento de investimento, nomeadamente na ação social. Concluiu, dizendo que, se calhar não estranhava essa visão redutora, pois teria sido a política da bancada do vogal Carlos Saldanha durante vários anos e advinha da sua experiência passada. Reiterou que o espaço público merecia investimento diário, merecia uma estratégia a longo prazo e este Relatório de Contas espelhava esse caminho, iniciado havia quatro anos e tinha sido validado nas últimas eleições pois os fregueses tinham testemunhado a evolução e as melhorias produzidas tendo ocorrido um investimento gradual desde 2014 em todas as áreas nomeadamente a nível da ação social. Concluiu, afirmando que quando se está no caminho certo a escolha é fácil: era seguir em frente e continuar a apostar; afirmando que, do ponto de vista da sua bancada, a estratégia desenvolvida para o território era a correta e iria continuar com investimento no espaço público que viria a ser testemunhado pelos fregueses no seu dia-a-dia e na sua qualidade de vida. ---

**Apelando ao poder de síntese de todos os vogais, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha.** Começou por dizer que tendo apresentado factos concretos, o Vogal David Silva não tinha referido nenhum. Referindo os resultados líquidos de 2015 (133 mil euros), de 2016 (116 mil euros), de 2017 (- 79 mil euros), disse que o importante era o futuro. Referiu que no ano anterior o investimento no espaço público tinha sido de 349 mil euros e que orçamentados para o presente ano estavam 70 mil euros realçando que era uma boa estratégia, ou seja, tratava-se de uma estratégia de forte investimento. Salientou que se tratava de uma estratégia política; reiterando que os factos eram evidentes. Referiu que o investimento no espaço público tinha sido de 200 mil euros, mas no orçamento de 2018 as verbas para a ação social eram idênticas, para a publicidade eram de cerca de metade (pois já não valia a pena fazer propaganda), para os cabazes de natal reduzia-se para menos de um terço. Salientou que estava a dar exemplos e que efetivamente esta era a estratégia política. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do PS, ao Sr. Vogal David Silva.** Salientando que se tratava de uma estratégia, perguntou ao Vogal Carlos Saldanha se se estava a analisar o último ano deste ciclo; realçando que este era o primeiro ano e que teriam oportunidade de fazer a avaliação dali a quatro anos quando fosse visto e avaliado o investimento que iria ser feito ao longo do mandato. Reiterou que não se investe no espaço público a cada doze meses mas em ciclos de quatro anos. Afirmou que não tinha qualquer tipo de problema em admitir que o ano anterior tinha sido um ano de eleições e teria tido algum impacto no investimento, salientando que isso era também política, todos os partidos o faziam. Recordou que os mandatos e os ciclos autárquicos eram de quatro anos para os quais eram traçados objetivos, estratégias e visões; realçando que no final dos quatro anos eram avaliáveis. Salientou que havia seis meses tinham ido a votos e os resultados estavam à vista. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha.** Começou por esclarecer que nunca tinha feito parte de nenhum executivo e que era Vogal Independente. Garantiu que nunca iria fazer o mesmo pois considerava uma estratégia errada. Referiu que concordava que a estratégia deveria ser a quatro anos e que o investimento deveria ser igual ao longo dos quatro anos. Salientou que se estava a analisar as contas de 2017 e que estas não tinham nada a ver com os anos anteriores, eram *sui generis*, por ter sido ano de eleições, pelo que a estratégia a quatro anos culminou num ano. Disse que se teria três anos de menos investimento para depois culminar ao fim de quatro anos com mais investimento conclui reiterando que se tratava de uma estratégia política. -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo Pedro Oliveira Brás. Em resposta aos Vogais começou por agradecer as propostas de melhoria dos relatórios relativamente à quantificação e à especificação dos locais onde se realizavam as reuniões da JF e comprometeu-se em fazê-lo nos próximos relatórios. -----

Relativamente à página 15 dos Planos de Investimento, explicou que estavam inscritos os investimentos da autarquia e da JF iniciados em 2017. Salientou que o Bairro 1º de Maio tinha sido uma intervenção iniciada em 2017 e que o empreiteiro tinha abandonado; informando que no dia 2 de maio seriam retomadas as atividades, estando elencadas no documento as despesas de 2017.----

Relativamente à questão da habitação, o Sr. Presidente realçou tratar-se de um problema profundo que merecia uma discussão alongada. Explicou que se tem vindo a verificar um aumento desses casos de âmbito social, sendo que as pessoas procuravam a JF numa situação de final de processo em que a capacidade de intervenção da JF era diminuta. Afirmou que em boa hora a AR estava a produzir matéria para alterar essa questão. Informou que já tinha tido a possibilidade de falar com Vereador da CMS com o pelouro da habitação para sensibilizar para a necessidade de dar resposta a estas situações com habitação camarária, e social pois o número de fogos é diminuto para a população. No que se referia à página 41 sobre o resultado líquido negativo disse que a gestão orçamental era uma linha do tempo que relacionava despesa/receita, a gestão patrimonial era uma fotografia que refletia um momento específico. Salientou que no balanço como um todo podia observar-se uma diminuição das disponibilidades ao invés um aumento do ativo imobilizado, naquilo que se referia aos bens públicos, o que significava que ao longo do mandato foram sendo usadas as disponibilidades para investir no espaço público. Realçou que era esta diminuição da disponibilidade que aumentando o imobilizado dava no dia 31 de dezembro de 2017 o resultado líquido negativo, não querendo dizer que na linha da despesa/receita houvesse problema algum porque efetivamente se o saldo de gerência era positiva significava que se tinha arrecadado mais do que se gastara. Salientou que as coisas estavam interligadas bastando olhar para a diminuição do saldo líquido para perceber que tudo isso era uma cadeia. No que se referia às atividades e competências da JF, salientou que era a própria junta que fazia a manutenção dos seus próprios edifícios, dos parques infantis, dos polidesportivos. Informou que, das inspeções feitas pelo município, não existia parque de desporto ou recreio em condição inadequada, estando todos classificados com bom ou muito bom. Realçou que era o pessoal da junta que fazia a manutenção e apenas compravam os materiais. No que respeitava às escolas, referiu que era nesses colaboradores que iria delegar a manutenção do parque escolar, pois o Executivo pretendia fazê-lo por administração direta. Referiu que relativamente aos espaços verdes e aos custos associados saía mais barata a externalização dessa atividade. Sobre os estudos e projetos, disse que no ano de 2017, além do desempenho organizacional, foi realizado um estudo que serviu de base para o lançamento de um caderno de encargos para um concurso público de requalificação do talude e da zona pedonal em frente às instalações da junta em Monte Abraão (nas traseiras do Centro de Saúde) (o qual ficou deserto e um diagnóstico energético com o objetivo de proceder à candidatura de fundos europeus para a certificação energética de uma das instalações e assim se poder instalar painéis fotovoltaicos de modo a fazer um autoconsumo de energia. Relativamente ao foco nas eleições, o Presidente recordou que o Natal tinha sido em dezembro e as eleições tinham sido em setembro, pelo que dizer que se tinham comprado cabazes de natal para ganhar votos, não fazia sentido. Reafirmou que, o acontecia com todos os executivos, era que existiam alterações orçamentais ao longo do ano e, o facto de a verba estar orçamentada, não significava que apenas se gastasse os dois mil euros. Disse ainda que se se fosse ver a verba cabimentada no ano anterior relativa aos cabazes verificar-se-ia que não estavam lá seis mil euros, estava menos. -----

17

Massamá: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá, 2745-872 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 438 91 70

Monte Abraão: Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31, Monte Abraão, 2745-300 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 437 36 60 ·  
e-mail: [assembleia@uf-massamamabraao.pt](mailto:assembleia@uf-massamamabraao.pt)





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha que disse que os cabazes tinham sido apenas um exemplo, acrescentando que obviamente não era aí que residia a questão. Realçou que relativamente ao espaço público tinha sido evidente e o executivo não se referira a essa questão. Relativamente à diminuição, disse que a cabimentação foi diminuindo e era claro que para este exercício diminuía acentuadamente e tratava-se de uma opção política. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada da CDU, Sr. Vogal Luís Coelho. Começou por referir que, relativamente à página 15 do Plano de Investimentos, aparecia uma rubrica intitulada previstos e realizados, o que dava ideia de que tinham sido todos realizados, pelo que deveria ser alterado pois dava ideia de que tudo tinha sido realizado. Salientou que, como era óbvio, na questão dos ciclos eleitorais e investimentos em infraestruturas, queria deixar claro que não eram todos iguais. Defendeu que a CDU, se calhar, devia ser mais eleitoralista em alguns municípios para não acontecer coisas como aconteceram nas últimas eleições, por exemplo no Barreiro, em que tinha sido feito um investimento em autocarros novos e quem os entregou foi o PS. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do CDS, Sr. Vogal Luís Fernandes, que referiu que não tinha acompanhado todo o mandato anterior pelo que era ingrato analisar a questão da evolução dos custos e proveitos. Afirmou ainda que não havia autarquia que não tivesse uma estratégia política pelo que aceitava com naturalidade que em anos de eleições houvesse incremento de investimentos e defendeu que o que era preciso era que os investimentos tivessem como consequência a qualificação do território; salientando que era o que estava em cima da mesa. Afirmou que tinha constatado pela observação de algumas situações que houve uma melhoria qualitativa do território pelo que o dinheiro teria sido bem usado. Reiterou que, em termos práticos parecia estar nesse caminho, o que não queria dizer que as opções estivessem em consonância com aquilo que seria a estratégia da sua bancada mas, no entanto teria que respeitar aquela que foi a estratégia do PS plasmada nas eleições de outubro. Reafirmou que lhe parecia nitidamente que havia trabalho executado dentro de uma estratégia que a sua bancada tinha de respeitar. Relativamente às contas, disse que não as poria em causa até porque tinham sido devidamente revistas; salientando que de facto havia um resultado líquido negativo mas havia investimento e progressão notória e portanto não havia motivo para apreensão com o revelado pois estava justificado e provado como é que as contas tinham sido relacionadas com o trabalho efetuado. Conclui dizendo que relativamente à prestação de contas a sua bancada esperava que os investimentos fossem feitos de forma continuada. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo Pedro Oliveira Brás que recordou que essa estratégia não tinha sido apenas do PS pois no mandato de 2013/2017 tinha estado no Executivo com o CDS e o PSD; salientando que tinha sido uma estratégia de três partidos que construíram diversos orçamentos, definiram e negociaram estratégias pelo que o resultado do Relatório de Prestação de Contas tinha dez meses de execução de PS/PSD/CDS e por isso estes partidos deveriam votar a favor as contas.-

O Sr. Vogal Carlos Saldanha tomou a palavra e disse que aí estava a razão pela qual tinham querido ficar como independentes. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 2 (Ex Ponto 5) – Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas do ano de 2017. -----

**Passou-se à VOTAÇÃO** -----

18





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**14 Votos a FAVOR (PS, CDS, BE);** -----  
**6 Abstenções (3 Vogais Independentes, CDU, PSD).** -----

**O Ponto 2 (Ex Ponto 5) – Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas do ano de 2017 foi APROVADO por MAIORIA com 14 votos a favor.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 3 (Ex Ponto 6) – Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Plano para 2018.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que começou por dizer que a integração do Saldo de Gerência visava não só reforçar as verbas para a delegação de competências como também incluir a questão da Alteração do Mapa de Pessoal com a regularização dos vínculos precários de quatro trabalhadores com contratos a tempo determinado; salientando que, ao abrigo da Lei 112, o executivo gostaria de regularizar, apesar dos contratos só terminarem em 2019.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada da CDU, ao Sr. Vogal José Coelho que solicitou um esclarecimento relativo à integração no quadro de quatro trabalhadores que estavam com um contrato precário, questionando o executivo em que ponto se via refletido nas verbas. Referiu então que na página 2 aparecia uma dotação de 6.684€ e depois havia um reforço de 6.960€; questionando se era para mais um trabalhador para além dos que iriam ter os contratos modificados. O Vogal sugeriu ainda que se adquirisse um equipamento para reprodução de documentos (impressora), para uma melhoria do funcionamento da assembleia e aproveitando a revisão orçamental, em que havia um reforço das verbas disponíveis para a aquisição de equipamentos informáticos e explicando que muitas vezes os vogais não conseguiam entregar documentos com antecedência e assim facilmente se distribuiriam pelas bancadas.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha. Começou por dizer que sobre o orçamento, reiterava o dito no ponto anterior, reforçando que estava aqui consignado um aumento da verba para os espaços verdes. Referiu que tinha recebido por e-mail o Controlo Orçamental e que a questão levantada sobre as verbas relativas ao presidente e aos vogais da junta mantinha-se, não tinha sido corrigida.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que começou por dizer que tinham começado a ver essa questão das verbas e tinha-se chegado à conclusão de que não havia erro nenhum pois devia-se à forma como as rubricas apareciam discriminadas (o valor estava correto estava, a a descrição é que não era muito concreta pois esta rubrica incluía os valores do presidente, do tesoureiro e do secretário). Comprometeu-se então em fazer chegar essa documentação por e-mail. a todas as bancadas. Relativamente à questão dos vínculos precários, explicou que já havia sido inscrito 6.864€ inscritos no orçamento e o que se estava a fazer era colocar um reforço mais 6.960€ para no somatório (cerca de 14 mil euros) colocar os quatro colaboradores com contrato a tempo determinado.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 3 (Ex Ponto 6) – Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Plano para 2018.** -----

**Passou-se à VOTAÇÃO** -----  
**14 Votos a FAVOR (PS, CDS, BE);** -----

19





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**6 Abstenções (3 Vogais Independentes, CDU, PSD).** -----

**O Ponto 3 (Ex Ponto 6) – Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Plano para 2018 foi APROVADO por MAIORIA com 14 votos a favor.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu o debate ao Ponto 4 (Ex Ponto 7) – Apreciação e aprovação das Normas de Controlo Interno da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) explicou que as Normas de Controlo Interno eram apenas uma adaptação a uma recomendação feita pelo ROC e também no exercício da avaliação do desempenho organizacional feito, bem como as adaptações feitas nos serviços e tinha como objetivo clarificar as responsabilidades das diferentes áreas.** -----

**O Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se tinha sido o ROC a fazer o documento ao que o Sr. Presidente respondeu que não. Explicou que após reuniões com o ROC este tinha apresentado uma recomendação, sendo que os serviços é que desenvolveram o documento. Explicou ainda que a recomendação apresentada referia-se a, uma vez que se iria alterar a organização, era necessário espelhar isso nas Normas de Controlo Interno. Acrescentou que tinham sido os serviços da junta a desenvolvê-lo com o contributo do ROC e do TOC.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 4 (Ex Ponto 7) – Apreciação e aprovação das Normas de Controlo Interno da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão.** -----

**Passou-se à VOTAÇÃO** -----  
**20 Votos a FAVOR** -----

**O Ponto 4 (Ex Ponto 7) – Apreciação e aprovação das Normas de Controlo Interno da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão foi APROVADO por UNANIMIDADE.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 5 (Ex Ponto 8) – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, referente ao ano de 2017.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que disse a este propósito que estavam registadas todas as aquisições feitas ao longo do ano. Explicou que tem decorrido um trabalho intenso entre os serviços e o TOC, respeitante às amortizações; acrescentando que ainda era necessário realizar uma outra recomendação, a verificação do património como um todo, pois poderiam existir alguns bens no inventário que poderiam não estar bem amortizados ou discriminados.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada da CDU, ao Sr. Vogal Luís Coelho, que perguntou a que património se referia a alínea 4ª da página 112 referente à Universidade Sénior (US) de Monte Abraão. Questionou onde estavam colocados os pilhões referidos na página 82.** -----

20





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que explicou que o valor relativo à US respeitava-se ao mobiliário adquirido para o seu funcionamento: secretárias, cadeiras e afins de mobiliário urbano. Relativamente aos pilhões, confessou que sendo de 2014, de momento não sabia mas que iria ver e depois enviaria por escrito essa informação. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a apreciação o Ponto 6 (Ex Ponto 9) – Apreciação e votação da Primeira (1.ª) alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da UFMMA. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que afirmou que esta alteração prendia-se com a necessidade já referida de regularizar os vínculos com os quatro colaboradores que estavam com contratos a tempo determinado e a proposta de alteração traduz a sua passagem para o quadro. Explicou que eram quatro trabalhadores que desempenhavam funções na manutenção do espaço público e, uma vez que vinham também a aprovação pequenas reparações no parque escolar, o executivo considerava que se deveria aproveitar a oportunidade da Lei 112. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal José Dias da Bancada do BE. Começou por referir que pensava que os totais do novo mapa estavam incorretos porque continuava a referir 27 e passavam a ser 31 pelo que era necessário proceder à sua correção. Perguntou ao Executivo quantos trabalhadores a junta iria manter em precariedade. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Coelho da Bancada da CDU que disse que gostaria de saber o total porque fazendo a soma da coluna da direita não batia certo. Referiu ainda que na primeira página, em relação aos assistentes operacionais de escolaridade obrigatória estão preenchidos seis, a preencher quatro e o total é de seis pelo que a sua bancada gostaria de saber quantos são efetivamente porque somando também não seriam 27, seriam 29. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que explicou que os quatro trabalhadores a tempo determinado tinham um vínculo jurídico efetivo porque não estavam numa situação de precariedade tinham era um prazo de três anos, daí a diferença. Explicou que o que se estava a regularizar eram as atividades de manutenção do espaço público tendo em conta a necessidade de ter estabilidade na equipa. Acrescentou que tinha um caso que não tinha a ver com a manutenção do espaço público que efetivamente o Executivo não considerava ser uma necessidade permanente pelo que no final do seu contrato e uma vez que deixa de haver essa necessidade cessa funções. Conclui dizendo que o objetivo era reforçar a equipa de manutenção dos espaços. Relativamente aos vínculos precários disse que se estava a proceder esta regularização em virtude dos esclarecimentos da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais); explicando que já tinham procedido à regularização de um outro contrato de prestação de serviços dentro dos prazos que a Lei 112 previa de uma assistente social pelo que seriam cinco os casos regularizados. Acrescentou ainda que foram feitos pedidos de parecer a outras entidades porque eram situações de dois contratos nulos pelo que havia dúvidas se poderia ser usada a Lei 112 para regularizar essas situações pelo que a breve trecho seriam resolvidos estes casos. Referiu ainda que havia um outro caso em análise. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Dias da Bancada do BE que perguntou se depois de todos esses casos ficaria algum





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

ainda numa situação precária. (Ao que o Sr. Presidente do Executivo respondeu que passíveis de resolução ao abrigo da Lei 112 não.) -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 6 (Ex Ponto 9) – Apreciação e votação da Primeira (1.ª) alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da UFMMA.** -----

**Passou-se à VOTAÇÃO** -----  
**20 Votos a FAVOR** -----

**O Ponto 6 (Ex Ponto 9) – Apreciação e votação da Primeira (1.ª) alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da UFMMA foi APROVADO por UNANIMIDADE.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 7 (Ex Ponto 10) – Apreciação e votação da proposta referente à celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás).** Iniciou a sua intervenção referindo que o Concelho de Sintra possuía à data cerca de 47 000 alunos que frequentavam as 126 escolas públicas, sendo que 111 estavam sob alçada do município. Recordou então que no início deste novo mandato o município tinha definido a educação como uma das prioridades assente essencialmente em dois eixos, um o investimento e outro na descentralização. Relativamente ao investimento, disse que a CMS previa fazer intervenções na ordem de 22 M€ (vinte e dois milhões de euros) em 4 áreas: conservação e reabilitação de edifícios, requalificação energética, cozinhas e logradouros (espaços exteriores das escolas). No que referia à descentralização, explicou que esta consistia em delegar a competência das pequenas reparações das escolas às JF. Afirmou que, no entender do executivo, o descentralizar era tornar mais próximo, humanizar as ações e tratar os problemas pelo nome, passando a ter também um rosto. Realçou que, no âmbito da Proposta de Delegação de Competências do Município para a UFMMA, estavam abrangidas 5 escolas: 4 escolas primária (EB Nº 1 e Nº2 de Massamá e EB Nº 1 e Nº2 de Monte Abraão) e a Escola Básica 2,3 Egas Moniz num valor total de 40 000€. Explicou que o executivo pretendia fazê-lo através dos seus serviços e assim privilegiar a relação de proximidade, resolvendo os problemas no seu dia-a-dia no âmbito da delegação de competências. Referiu ainda que no eixo da reabilitação de edifícios seriam intervencionadas duas escolas (Massamá 2 e Massamá 1) e, em 2019, as de Monte Abraão; no que se referia às cozinhas seria a Massamá 1 e, em 2019, a 1 de Monte Abraão; em relação aos logradouros iriam ocorrer intervenções em 2018 e 2019. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Dias da Bancada do BE** que afirmou que a sua bancada acolhia quase sempre os movimentos de descentralização. Afirmou que, no entanto, estas delegações de competências para as freguesias eram complicadas porque se por um lado traziam proximidade e talvez até uma maior rapidez no levantamento das necessidades e resolução dos problemas, por outro lado podiam trazer problemas de escalas e sinergias. Defendeu que uma coisa era fazer um contrato para recuperar uma escola, outra era fazer um contrato para recuperar dez; salientando que tudo seria mais complicado se estas responsabilidades não fossem acompanhadas do respetivo envelope financeiro adequado. Perguntou com que recursos se iria fazer essa manutenção e se o Sr. Presidente considerava que os valores a transferir (30 000€ para as escolas básicas e 10 000€ para a Egas

22





Freguesia

Massamá e Monte Abraão

## Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Moniz) seriam de facto valores viáveis e suficientes para cumprir todas as obrigações a que as JF ficam obrigadas. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU** que começou por dizer que boa parte do que tinha para dizer já fora dito pelo vogal do BE. Disse estar esclarecida a forma como iria ser executada a manutenção (por administração direta), no entanto, além de se tentar perceber se a verba seria suficiente, era necessário perceber como foi calculada. Perguntou ainda se a JF tinha ideia de verbas de anos anteriores e se contribuiu de alguma forma com o levantamento de problemas que iriam necessitar de ser solucionados no âmbito do protocolo. Questionou ainda o executivo sobre os diferentes montantes apresentados no protocolo: um montante a transferir de cerca de 10.000€ para a Escola Básica Egas Moniz e, num outro documento, 30 900€ para as outras escolas; salientando que no orçamento estavam inscritos cerca de 35.000€, perguntou a que se devia tal discrepância.-----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha.** Começou por dizer pensar que, antes do mandato do PS, as verbas eram transferidas diretamente para as escolas. Defendeu que isso era descentralização pois as escolas é que sabiam os problemas que tinham e, portanto, considerava que as Direções das escolas é que tinham de ser responsabilizadas e apresentar contas. Afirmou que primeiro se retirou autonomia às Direções dos Agrupamentos para resolverem os problemas, foram centralizados na Câmara e atualmente estava a descentralizar-se para as JFs. Questionou como é que o executivo iria fazer com as Direções das escolas porque já teriam sido gastas verbas em pequenas reparações e portanto precisariam de ser ressarcidas dessas verbas. Questionou ainda como é que seria feita a relação com a escola e como seria a celeridade da resolução dos problemas pois as escolas ficavam pendentes da JF uma vez que as verbas já não passavam por elas. Defendeu que as Direções dos Agrupamentos eram as entidades mais próximas, mais qualificadas e conhecedoras dos problemas existentes nas escolas. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS.** Relativamente à manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares, jardim-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, disse que importava referir, vários pontos positivos e refletores da genuína preocupação com a comunidade escolar uma vez que reforça a relação de proximidade com os fregueses. Defendeu que era importante porque descentralizando as competências no centro das pequenas manutenções do parque escolar não só se desenvolve e aumenta a coesão económica e social como se reforçam as competências da autarquia. Referiu ainda que tendo perfeita consciência da atual morosidade e dificuldade existente na tentativa de resolução de pequenas situações correntes (relativas à manutenção, conservação e pequenas reparações) era com natural positivismo e esperança que a sua bancada via esta delegação de competências na JF, estando a falar-se num serviço de proximidade; em primeiro lugar, devido à vasta experiência em atos de compras e gestão, na aquisição de equipamentos e serviços necessários (algo que nem sempre era fácil para as escolas, como era sabido), libertando as escolas para um ensino mais eficiente. Defendeu que assim a escola e os professores também se poderiam focar de forma mais eficaz e incisa no ambiente educativo e pedagógico, o essencial nesta questão; em segundo lugar, fomentavam-se sinergias já estabelecidas por via de outros programas existentes (como o Música na Escola, o Plano de Intervenção Primária ou o Programa de Vigilância em Contexto Escolar). Concluiu, reforçando que descentralizar competências no âmbito de pequenas intervenções no parque escolar era aproximar as soluções dos problemas, era simplificar processos, garantir uma resposta e resolução mais célere e portanto a sua





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

## **Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

bancada considerava positiva essa descentralização; acrescentando que não deixava de ser simbólico estar-se a discutir e a aprovar este protocolo numa das escolas que será por ele abrangida.

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha** que afirmou que a resolução dos problemas estava na Direção dos Agrupamentos e, que essa proximidade com os problemas era a que interessava e não com os fregueses, pois o importante era a resolução dos problemas. Reiterou que era essa a razão por que queria saber como se iria estabelecer a relação entre a JF e as Direções das escolas, porque ao invés dos agrupamentos poderem resolver logo o problema e apresentarem contas, terá que comunicar a situação à junta e ficar à espera que seja resolvido. Salientou que, havendo uma transferência de verbas para a JF, gostaria de saber se as escolas iriam ser ressarcidas dos valores que tinham gasto até ao momento e se depois iriam ter autonomia para resolverem os seus próprios problemas. Defendeu que essa seria a solução, pois considerava que o primeiro erro foi o de retirarem à Direção das escolas autonomia e centralizaram na CMS. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Sr. Luís Fernandes da Bancada do CDS** que começou por dizer que não lhe parecia de todo válida a questão de que esta descentralização não fosse de facto parar à JF. Lembrou que se havia queixa que as JFs tinham era de que muitas vezes não tinham capacidade de resposta àquilo que era solicitado pelas escolas por não ser da sua competência. Dando conta de que já tinha estado num executivo e que tinha sido confrontado várias vezes com essas questões, disse ter-se deparado com a impossibilidade de resolução de problemas por não serem da sua competência; pelo que defendeu que havendo essa descentralização, era tudo uma questão de metodologia e definição, de como as linhas de comunicação deveriam ser feitas entre a JF e as escolas, pensando que era aí que jazia a questão. Afirmou que a JF ganhava importância e valor com esse tipo de ação. Realçou que, na verdade, como era sabido, a CMS não respondia atempadamente às situações que lhe eram colocadas, não por serem cento e tal escolas mas, na realidade, por existirem inércias dentro da CM, as quais não permitiam respostas imediatas a situações que de facto careciam de solução e eram "fáceis" de resolver. Defendeu então que, se na verdade, havia essa vontade e, se os montantes atribuídos estavam devidamente alocados às necessidades imediatas (e acreditando que estavam, porque as verbas da JF iam ter de responder às necessidades que existem nas escolas mencionadas), parecia-lhe muito mais fácil uma direção de uma escola entrar em contacto com a JF, dar conta de um problema por escrito, pois a partir daí haveria uma responsabilização da JF em dar resposta. Realçou que a resposta poderia ser dada com "a prata da casa", mas que, contudo, tinha algumas dúvidas de que algumas questões funcionais pudessem ser assim resolvidas dada a própria complexidade do assunto. Sublinhou novamente a importância de aligeirar o processo, porque se assim não fosse, manter como estava, achava que não. Prosseguiu, dizendo que em relação a serem as direções a resolver as situações achava que não, pois achava mais favorável poderem ter um ponto de referência na JF para resolver. Afirmou achar que se tratava de uma medida correta, e considerou que o importante era que as verbas alocadas fossem as convenientes para fazer face às necessidades e que haja por parte da Câmara a flexibilidade para alocar mais verba quando e à medida que as situações surjam. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Coelho da Bancada da CDU** que disse que quando aqui se falava em agrupamentos escolares levantava-se um problema porque as escolas nos agrupamentos têm desde a secundária até à básica e depois as básicas estão no âmbito da CMS e as outras no Ministério de Educação (ME). Defendeu que o disparate tinha sido a criação destes Agrupamentos que em alguns casos

24

**Massamá:** R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá, 2745-872 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 438 91 70

**Monte Abraão:** Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31, Monte Abraão, 2745-300 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 437 36 60 ·  
e-mail: [assembleia@uf-massamamabraao.pt](mailto:assembleia@uf-massamamabraao.pt)





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

## **Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

eram monstruosos, porque no secundário havia verbas atribuídas pelo ME para essas intervenções, acrescentando que antigamente até existiam quadros técnicos nessas escolas de grande dimensão para ocorrerem a essas necessidades. Afirmou que, se a competência era da CM, as escolas básicas deveriam sair desses agrupamentos, tornando-se tudo muito mais simples. Preconizou que, tendo a junta funcionários, deveria fazer uma manutenção preventiva (os funcionários passarem com regularidade e verificarem o estado das coisas), em termos de pequenas intervenções. Acrescentou que, desde que fosse bem montado esse serviço nas escolas primárias, se calhar, a junta conseguiria manter com menores custos, salientando que infiltrações ou situações mais complexas não se encontravam no âmbito desta delegação de competências mas sim da responsabilidade da CMS.

Concluiu, defendendo que o que deveria ser assunto de reflexão era tentar junto do ministério de educação o desenquadramento destas escolas que são da responsabilidade do município dentro dos agrupamentos. Defendeu que esta matéria iria gerar solicitações inadequadas porque depois as escolas do agrupamento, mesmo as do secundário a, sabendo que a junta tem um serviço que pode fazer tal manutenção, vão querer solucionar rapidamente os seus problemas e vão chamar a junta. Disse então que seria então uma questão de gestão, mas que se gerava alguma contradição, umas tinham manutenção e outras não. Recordou que a dimensão destas escolas, quer em quadro de professores, pessoal e etc. não tinha nada a ver com as do secundário e os problemas que surgiam também eram totalmente diferentes. Reiterou que enquadrar tudo num agrupamento em que a responsabilidade está no Diretor do agrupamento era um disparate e iria criar algumas contradições no próprio sistema. Defendeu ainda que se a JF procedesse à manutenção preventiva ter-se-ia lucro neste tipo de gestão.

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás).** Em resposta aos Vogais, disse que estes 500 mil euros correspondiam ao bolo de Delegações de Competências que a Câmara vai passar para a JF que depois estão detalhadas em várias parcelas tinha tido como base um estudo que o município efetuou em função dos custos que vinha a ter com o Parque Escolar, tendo como base de cálculo o número de alunos e de salas desses estabelecimentos. Referiu que existiam freguesias com mais escolas do que a UFFMA que iriam receber uma transferência de valor muito aproximado ao que iria receber a UFMMA, dado o número de sala de aulas e alunos pois a freguesia tinha mais população (49 000 alunos). Relativamente à adequabilidade da verba, se era suficiente ou não, era difícil de prever, e poderia não ser. Realçou que, como dizia o Vogal José Coelho, era desempenhar de forma adequada a manutenção preventiva (uma das funções ao abrigo do protocolo), criando para tal uma metodologia com as escolas e com o próprio município. Disse então que primeiro se iria saber quais os procedimentos usados pela CMS, a relação com as escolas, as vias de comunicação estabelecidas e definidas, que melhorias se poderiam introduzir neste sistema para tornar de facto mais efetivos e céleres porque a dispersão geográfica que se encontra no município e o número gigante de escolas nem sempre cria as melhores sinergias, era por vezes necessário descer o nível para se ser mais eficaz. Salientou que no quadro de pessoal da UFMMA já existiam pessoas com experiência na manutenção de edifícios que rapidamente percebem e conseguem prevenir determinadas situações, além de que os serviços da JF tinham também outra experiência em termos de contratação que as escolas não tinham pois todos os dias se fazia contratação pública. Concluiu, afirmando que tendo em conta o explanado achava esta descentralização positiva e até vinha tornar um pouco mais célere a resposta não alterando muito a dinâmica da JF. Realçou que a responsabilidade de identificar e reportar os problemas continuava a ser da escola, algo que a escola já fazia. Salientou que não era muito diferente, pois atualmente as escolas só tinham autonomia até

25

**Massamá:** R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá, 2745-872 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 438 91 70

**Monte Abraão:** Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31, Monte Abraão, 2745-300 Queluz  
Tel.: 21 0 133 550 · Fax: 21 437 36 60 ·  
e-mail: [assembleia@uf-massamamabraao.pt](mailto:assembleia@uf-massamamabraao.pt)





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

100 euros, a partir daí tinham de comunicar à CMS para que esta resolvesse o problema identificado, realçando que a autonomia não era assim tanta. Lembrou que nem todas as escolas tinham um Sr. Vasco que no agrupamento de Escolas Ruy Belo vale muitos milhares de euros. Defendeu que era necessário criar metodologias, criar rotinas de fiscalização e monitorização das escolas por forma a prevenir situações e obviamente intervir por via da administração direta. Finalizou, afirmando que era intenção da junta ter uma postura de prevenção, mas, obviamente haveriam de ocorrer situações que exigiriam resposta imediata por questões de segurança das próprias crianças. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Vogal Carlos Saldanha** que salientou que o Protocolo não lhe parecia mal, mas que gostaria de ver respondida a questão por si colocada sobre como iriam as escolas ser ressarcidas dos valores gastos até à data. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás)** informou que até à data da assinatura do Protocolo seria a Câmara a cumprir o firmado. Relativamente à questão colocada pelo vogal Luís Coelho sobre os montantes, disse que já estava prevista uma verba de 20 000 euros pelo que o que foi feito o reforço da verba para chegar aos 41 000 euros; dando nota que Consultando a integração do Saldo de Gerência nos Mapas (na pág. 1/3 vem descrita previsão atual 20 000 €, inscrição/reforço 21 000€). -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 7 (Ex Ponto 10) – Apreciação e votação da proposta referente à celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão.** -----

**Passou-se à VOTAÇÃO** -----

**20 Votos a FAVOR** -----

**O Ponto 7 (Ex Ponto 10) – Apreciação e votação da proposta referente à celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão foi APROVADO por UNANIMIDADE.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques,** lembrou que já eram 00:20 horas, pelo que sendo dia 1 de maio, Dia do Trabalhador, gostaria de saudar todos os presentes, nomeadamente trabalhadores da junta, colaboradores da junta e da assembleia, pois tinha-se começado o 1º Maio a trabalhar arduamente. Recordou que a hora era já avançada e que ainda faltavam apreciar três pontos colocados pelo executivo e três pontos com votação colocados pela Mesa da Assembleia. Questionou a assembleia sobre a possibilidade de prosseguir com a OT. -

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU** que referiu que era 1º de Maio, Dia do Trabalhador, e já deviam estar todos a descansar, particularmente os trabalhadores da junta. Disse então que se ia a meio da OT pois eram 15 pontos e tinha-se votado agora o Ponto 7, envolvendo todos os pontos discussão, pelo que propunha que se continuasse a discussão noutra sessão desta assembleia, perguntando ao executivo se havia urgência na aprovação de algum dos protocolos apresentados nesta OT, pois poder-se-ia marcar a próxima sessão. -----





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que disse que, entendendo a posição do Vogal, pois faltava apreciar três pontos, salientou que havia um que manifestamente seria importante aprovar hoje. Explicou que era uma questão mais pessoal pois nas próximas duas semanas por razões pessoais estaria impedido de exercer funções como gostaria pelo que se assembleia entendesse e uma vez que os pontos em questão não levariam muito tempo propunha que se prolongasse por mais 5/10 minutos. Disse então que o ponto mais urgente era o Ponto 8 relativo ao Programa «Okupa».

Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, inquiriu a assembleia sobre a admissibilidade de prolongamento da sessão para apreciação dos pontos colocados pelo executivo (8,9,10).

Com a anuência da AF, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 8 (Ex Ponto 11) – Apreciação e votação da proposta relativa à minuta de Protocolo de colaboração para desenvolvimento do projeto «OKUPA» Tempos Livre 2018, entre a Câmara Municipal de Sintra, a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e agrupamentos de Escolas.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que referiu que este ponto era a continuidade de um programa que já tinha beneficiado 1157 alunos do Agrupamento das Escolas Ruy Belo.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 8 (Ex Ponto 11) – Apreciação e votação da proposta relativa à minuta de Protocolo de colaboração para desenvolvimento do projeto "OKUPA" Tempos Livre 2018, entre a Câmara Municipal de Sintra, a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e agrupamentos de Escolas.

Passou-se à VOTAÇÃO  
20 Votos a FAVOR

O Ponto 8 (Ex Ponto 11) – Apreciação e votação da proposta relativa à minuta de Protocolo de colaboração para desenvolvimento do projeto "OKUPA" Tempos Livre 2018, entre a Câmara Municipal de Sintra, a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e agrupamentos de Escolas foi APROVADO por UNANIMIDADE.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 9 (Ex Ponto 12) – Apreciação e votação de minuta de protocolo de cooperação a realizar entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a CAUAL.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Começou por explicar que esta proposta de protocolo de colaboração com o centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa tinha a pretensão de dotar a freguesia de uma nova resposta à resolução de conflitos e garantir alguma justiça de proximidade assente em meios alternativos de gestão de conflitos. Referiu ainda que o âmbito deste protocolo era servir a comunidade através da mediação e conciliação, estando excluída a questão da arbitragem, tornando assim os processos menos onerosos e mais céleres. Explicou

27





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

ainda que os mediadores deste centro eram todos certificados pelo Ministério da Justiça, que era quem conferia ao acordo uma ação executiva, e que era o único centro em Portugal com abrangência generis, ou seja, que podia tratar qualquer tipo de conflito, no âmbito do consumo, problemas de vizinhança, etc. Referiu ainda que tanto servia cidadãos como empresas sediadas na freguesia. Acrescentou ainda que para as pessoas/empresas beneficiarem deste protocolo teriam de ser encaminhadas, pelo que haveria uma metodologia, preenchendo um pequeno formulário a preencher e entregar no centro para que este saiba que são pessoas ou empresas oriundas da UFMMA. Referiu ainda que, para isso, o contributo da autarquia era de cerca de 1.200€/ano, e as partes envolvidas nos processos tinham um valor de responsabilização simbólico (12,50€), salientando que quem procura este serviço de forma particular tinha um custo de mais de 75€. Reforçou que o intuito deste protocolo era o de ter meios alternativos à gestão de conflitos mais céleres e eficazes, dando acesso à mediação e conciliação não envolvendo a arbitragem. Referiu ainda que na Tabela Anexa estavam valores meramente indicativos para os casos em que fosse necessário esses procedimentos. Realçou que a maioria dos casos eram resolvidos na mediação e que apenas 2% na conciliação, pelo que havia uma grande percentagem de sucesso. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Coelho da Bancada da CDU.** O Vogal começou por referir que tinha algumas dúvidas pois tratava-se de um Centro de arbitragem e normalmente quando as pessoas tinham conflitos era porque não chegavam a um acordo. Defendeu que os preços praticados por esta entidade eram elevadíssimos e salientou que a mediação só serve se as pessoas chegarem a acordo. Salientou que o problema era haver alguém que decidisse, mas o Centro não decidia, pelo que não havendo arbitragem não resolvia nada. Concluiu, afirmando que não considerava este protocolo vantajoso para ninguém por isso considerava ser apenas mais um encargo que a junta iria ter. Finalizou, afirmando que a justiça está caríssima e que devia haver um acesso para toda a gente, pois não era isso que acontecia, havia uma justiça para os ricos, que protelavam as decisões, acabando por prescrever, ninguém era condenado, depois condenações efetivas não se viam. Defendeu que o importante era legislar para baixar custos judiciais. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Sra. Vogal Antonieta Gomes da Bancada do PS.** Lembrou que a arbitragem não entrava no protocolo, referindo que a arbitragem seria sempre o último recurso, havendo sempre um mecanismo prévio de mediação e só se as partes não chegarem a um acordo é que haverá recurso à arbitragem. Relembrou que os custos de arbitragem são da responsabilidade das partes não da junta. Defendeu ainda que esta medida tinha à partida vantagens, uma era a onerosidade pois o mecanismo de meios alternativos para a gestão de conflitos é célere, até mesmo nos casos dos julgados de paz. Disse ainda que vinha de facto tornar mais acessível a justiça para pequenos conflitos e torna-la mais célere. Lembrou que o protocolo tinha uma vigência de dois anos podendo ser revogado por ambas as partes. Defendeu que o importante depois da assinatura do mesmo era que se fizesse uma ampla divulgação para que as pessoas o conhecessem e utilizassem esse mecanismo, deslocando-se à junta que os encaminharia para o Centro. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU.** O Vogal perguntou por que razão era este o centro, com que critério tinha sido escolhido e se tinham sido contactados outros. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás).** Começou por dizer que na sua apresentação tinha dado resposta a essa questão. Recordou que era o único centro em Portugal com atribuição genérica, podendo tratar qualquer tipo de conflito, pois normalmente os centros eram mais





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

específicos para determinadas áreas e este era mais abrangente no que tocava aos conflitos que trata. Relembrou que os tribunais estão cheios de processos e casos, demorando-se anos a produzir sentenças. Defendeu que o que estes meios alternativos, com técnicos especializados, preparados e certificados, o que lhes conferia alguma credibilidade no trabalho. Saliu que embora as partes estejam zangadas, o papel de mediação era o de tentar chegar ao diálogo e assim se tentavam resolver conflitos, pois não queria dizer que não pudessem falar e chegar a um consenso. Recordou que, antigamente, a junta de freguesia prestava aconselhamento jurídico à população em Monte Abraão e depois acabou por ter de ser cancelado em virtude dos protocolos da Ordem dos Advogados e devido às diferentes opiniões de quem estaria ou não habilitado a prestar esse aconselhamento. Explicou que a maior parte dos casos solicitados referia-se a problemas no âmbito da administração de condomínios, conflitos entre pessoas e fornecedores de matérias de consumo e problemas de vizinhança. Concluiu que esta era apenas uma maneira de agilizar os processos e de os tornar mais fáceis de resolver pelo que não sendo por esta via seria por outra e os caminhos tradicionais de justiça são mais morosos e onerosos. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 9 (Ex Ponto 12) – Apreciação e votação de minuta de protocolo de cooperação a realizar entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a CAUAL. -----**

**Passou-se à VOTAÇÃO -----  
16 Votos a FAVOR (PS, PSD, BE, Vogais Independentes: Carlos Saldanha e José Barandas Salgado); -----  
4 Abstenções (CDU, CDS, Vogal Independente: Maria de Fátima Campos). -----**

**O Ponto 9 (Ex Ponto 12) – Apreciação e votação de minuta de protocolo de cooperação a realizar entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a CAUAL foi APROVADO por MAIORIA com 16 votos a favor. -----**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou então a debate o Ponto 10 (Ex Ponto 13) – Apreciação e votação de proposta relativa à Adesão da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão ao Observatório Internacional da Democracia Participativa. -----**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás).** Começou por dizer que a UFMMA tem apostado numa governação participada, fomentando uma democracia participada. Recordou que UFMMA estava integrada na Rede das Autarquias Participativas e que era uma das poucas juntas que fazia parte desta rede de âmbito nacional pelo que o executivo tinha entendido que seria proveitoso poder partilhar de outros espaços onde outras entidades e municípios estão a participar. Explicou que esta era uma organização mundial que trabalhava na lógica da partilha de experiências e conhecimento, não tendo a adesão qualquer custo associado. Disse ainda que, em Portugal, já existiam alguns municípios e freguesias que participavam nesta organização (por ex. JF de Carnide, Laranjeiro e Feijó, Pampilhosa da Serra, Palmela, Braga, Odivelas, Odemira, Cascais) e que era uma estrutura muito similar à da Rede de Autarquias Participativas, tendo um secretariado técnico alocado a Barcelona e cuja presidência ia rodando todos os anos. Disse que entendia o executivo que, no âmbito do trabalho desenvolvido no fomento da democracia participativa no território, era

29





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

importante estar onde se produz conhecimento, ter acesso a outras experiências e a outras visões nestas matérias, e aprofundar outras experiências que o mundo desenvolve para bem do nosso território e... não tinha custos. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Coelho da Bancada da CDU.** Pegando na palavra custo, o vogal disse que não haveria custos se não houvesse visitas, sem não houvessem os tais intercâmbios de irem a Catalunha ou virem da Catalunha. Disse achar que era capaz de haver custos. Salientou então um facto que considerou interessante; afirmando que de facto a Catalunha tem sido uma região que tem tido grandes exemplos de democracia «participada»; realçando que não era participativa mas sim «participada», com grandes movimentos. Referiu ainda que o que tinha vindo a constatar era que toda essa democracia participada não tem sido respeitada pelo governo do país vizinho. Concluindo que não sabia pois que experiências seriam trocadas, acrescentando que o que o que a sua bancada defendia era de facto a democracia participada e não o folclore das participativas porque participadas seria a população participar e viu-se que tinham ali estado três ou quatro fregueses que apresentaram os seus assuntos e foram-se embora. Finalizou, dizendo que o que a sua bancada gostaria era de ter uma casa cheia em que as pessoas apresentassem os seus assuntos e assistissem aos debates, concluindo que isso sim... seria uma democracia participada. Reiterou que tal só se conseguia com outra visão, não a que tem presidido aos projetos da tal participativa que, de um modo geral, pouca expressão tem tido na freguesia, servindo apenas para gastar dinheiro (desde um recinto retangular para andar lá uns cãesinhos a dar saltos, um miradouro por baixo das antenas para apanharem as radiações). Aproveitou para dizer ao Sr. Presidente da Mesa que estava à espera de cartões de identificação para visitar os locais e falar com as pessoas pois essa era também uma incumbência dos vogais da assembleia para verificar qual era o crédito que a participativa tem dado. Salientou que, de facto, tem dado um grande investimento por parte da junta, mas que não tinha dado aquilo que de facto eram as necessidades, porque os moradores continuam a colocar questões relativamente ao alcatrão que está cheio de buracos e não se fazem reparações, à Rua Direita que termina logo a seguir à fonte – tendo sofrido com a chuva abatimentos, não havendo um passeio, sendo uma zona onde as pessoas fazem a sua manutenção pedonal dando uns passeios por ali, mas que no entanto há alcatrão para colocar no meio dos passeios onde as pessoas circulam (a tal ciclovia de que se há de falar). -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás)** que começou por dizer que eram os trezentos e tal cidadãos que tinham escolhido o Parque Canino que o utilizam todos os dias e era só lá passar ao fim do dia e verificar quem os utiliza. Defendeu então que os 344 000€ investidos nas quatro edições do Orçamento Participativo (OP) eram resultado das propostas dos cidadãos, eram os cidadãos que identificavam essas necessidades e eram os cidadãos que depois definiam as prioridades, sendo que a JF não intervinha nem na identificação das mesmas nem nas escolhas feitas para o seu desenvolvimento; realçando que a participação das pessoas também se fazia de outras maneiras e o OP era só uma delas. Disse ainda que se as pessoas que ali tinham estado se tinham ido embora, ninguém as poderia obrigar a ficar, justificando que eventualmente poderiam ter ficado aborrecidas por a assembleia ter estado duas horas a discutir outros assuntos sem se ter entrado na Ordem do Dia, poderiam estar à espera da OT, defendeu que, se calhar, também se poderia falar desse modelo. Terminou, afirmando que se as pessoas não vinham... se calhar, sentiam-se satisfeitas com o trabalho realizado. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra à Bancada do CDS, Sr. Vogal Luís Fernandes** que referiu que o que era curioso era a CMS não

30





Freguesia  
**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

seguir o exemplo da JF, salientando que o Sr. Presidente tinha referido muitos municípios e apesar de desconhecer os êxitos que têm tido com o OP, continuava a não ver a CM tomar a atitude que a junta tem tomado. Defendeu que o sucesso que a junta tem tido refletia que a participação em contexto nacional e a participação das pessoas era muito interessante. Referiu que apenas não entendia como é que sendo Sintra o segundo maior concelho do país, com a importância que tinha a participação dos cidadãos, porque era que a CMS não seguia o exemplo. Disse esperar que com esta iniciativa que a Câmara entenda participar. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Vogal José Coelho da Bancada da CDU.** Referiu que dizer-se que tinham votado trezentas e tal pessoas não identificando que são todas das nossas duas freguesias, quando a população deve andar pelos 50 000 habitantes... deixava um bocadinho a desejar. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a votação ao Ponto 10 (Ex Ponto 13) – Apreciação e votação de proposta relativa à Adesão da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão ao Observatório Internacional da Democracia Participativa.** -----

**Passou-se à VOTAÇÃO -----18**  
**Votos a FAVOR (PS, PSD, BE, CDS, 3 Vogais Independentes); -----2**  
**Votos Contra (CDU).** -----

**O Ponto 10 (Ex Ponto 13) – Apreciação e votação de proposta relativa à Adesão da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão ao Observatório Internacional da Democracia Participativa foi APROVADO por MAIORIA com 18 votos a favor.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, retirou da Ordem de Trabalhos os Pontos 11, 12, 13, 14 e 15.** -----

Posteriormente foi elaborada a ata em minuta. -----  
Seguidamente foi dada a palavra ao 1º Secretário, João Paulo Henriques, que procedeu à leitura da ata em minuta. -----  
**Foi aprovada por unanimidade.** -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 01h09m. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

  
Manuel Lourenço Marques





Freguesia

**Massamá e Monte Abraão**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

O 1º Secretário

João Paulo Henriques

O 2º Secretário

Sandra Viegas

---

**ANEXOS**

ANEXO 1 – Moção apresentada pela Bancada da CDU: «Saudação ao 25 de Abril»

ANEXO 2 – Moção apresentada pela Bancada do PS: «Moção sobre o 25 de Abril»

ANEXO 3 – Moção apresentada pela Bancada da CDU: «Saudação ao 1º de Maio»

ANEXO 4 – Moção apresentada pela Bancada da CDU: «A escola dos nossos filhos é para levar a sério!»

ANEXO 5 – Moção apresentada pela Bancada da CDU: «Transferência de Competências»

ANEXO 6 – Moção apresentada pela Bancada do PS: «Por avanços de Igualdade de Género em contextos laborais».